

Governo planeja criação de estatal para gerir Centro de Biotecnologia da Amazônia

21/12/2011 - Após 15 anos e mais de R\$ 100 milhões investidos, o governo federal articula no Ministério do Planejamento a criação de uma empresa estatal para gerir o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) e, finalmente, fazer com que aquela monumental estrutura futurística de vidros azuis, erguida na entrada do polo industrial de Manaus, cumpra a sua função: prospectar e transformar o potencial da biodiversidade em produtos inovadores de interesse para o mercado.

[Siga a SECTAM no Twitter!](#)

Um plano de negócios está sendo definido para balizar os projetos no curto, médio e longo prazo. Apesar de mais de 90% dos laboratórios estarem concluídos, o trabalho não está a pleno vapor por falta de pessoal e de um modelo de gestão adequado para atender a demanda das empresas, revela Imar de Araújo, coordenador executivo do centro.

Desde 2002 sob responsabilidade da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), órgão público que vem sofrendo contingenciamento de verbas por parte do governo federal, o CBA busca um novo rumo com perfil jurídico para ter acesso a financiamento, aumentar a escala dos projetos e evitar a evasão de cérebros. Técnicos exaustivamente treinados com dinheiro público estão migrando para indústrias que oferecem condições mais atrativas, adverte Araújo.

Apesar das barreiras, há pesquisas estratégicas em execução, como o desenvolvimento de novos materiais a partir da biodiversidade. O destaque é o curauá - planta amazônica da família do abacaxi que fornece uma das fibras vegetais mais resistentes que se tem conhecimento. Mudanças estão sendo produzidas a partir da cultura de tecidos em laboratório com o objetivo de aumentar a escala de plantios experimentais, ocupando principalmente áreas já desmatadas.

Indústrias empregam esse produto natural para substituir fibra de vidro, materiais plásticos e peças pré-moldadas, utilizadas na fabricação de automóveis, por exemplo. A construção civil é também um grande usuário. A alternativa é reciclável, reduz o consumo de matéria-prima não renovável e causa menor risco à saúde, vantagens que têm atraído a atenção para novas aplicações industriais, como fabricação de postes e até paletas das torres de energia eólica. A expectativa é a abertura de mercados

na indústria aeronáutica, informa Araújo.

O CBA investe R\$ 2,8 milhões para chegar a uma metodologia de produção economicamente viável, a ser transferida para o setor privado. Estrutura de banheiros químicos e de sistemas para tratamento de esgoto - tecnologia da empresa Sansui, a 30 km de Manaus - começa a incorporar a fibra de curauá, dentro de um projeto piloto. Para os produtores na floresta, o aproveitamento econômico do vegetal pode ser uma solução para a entressafra da castanha e outros produtos extrativistas, explica o coordenador. Ele informa que hoje a produção nacional desta fibra é de aproximadamente 100 toneladas por ano, muito aquém do seu potencial.

Nos arredores de Belém, por exemplo, a empresa Tramontina produz curauá em sistema agroflorestal juntamente com paricá, que é uma espécie madeira. De acordo com Araújo, a renda média para o produtor é estimada entre R\$ 500 a R\$ 800 mensais por hectare. Subprodutos da planta podem ser empregados como adubo orgânico ou ração animal.

Para o desenvolvimento de novos medicamentos com base em plantas da Amazônia, o CBA investe R\$ 5 milhões em parceria com indústrias, incluindo recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Ministério da Ciência e Tecnologia. No Laboratório de Microbiologia, fungos presentes em espécies vegetais comuns na região, como copaíba e andiroba, estão sendo investigados para uso como antibióticos capazes de combater maior espectro de bactérias. O projeto é montar uma base vegetal para futuros medicamentos, inclusive antitumorais, diz o biólogo Rudge Procópio, coordenador do laboratório.

A partir do isolamento de substâncias potencialmente ativas contra doenças, pretende-se estruturar um banco de padrões químicos das espécies amazônicas que poderão ser comercializados para várias indústrias. A maioria dos padrões utilizados hoje no Brasil provém de amostras compradas no exterior.

Fonte: Valor Econômico, com a colaboração de Sergio Adeodato